

Data: 07.01.2021

Título: "Há um recrudescer de movimentos políticos populistas, nacionalistas, que são..."

Pub:

VISÃO

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Revista Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 10;11;12

Pedro Matos Soares / Investigador na área das alterações climáticas

“ Há um recrudescer de movimentos políticos populistas, nacionalistas, que são adversos à necessidade de uma ação global para enfrentar as alterações climáticas ”

✍️ LUÍS RIBEIRO 📷 MARCOS BORGA



Área: 1264cm² / 84%

Tiragem: 80.000
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7029428

Investigador principal no Instituto D. Luiz, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Pedro Matos Soares é um dos maiores especialistas portugueses em alterações climáticas. Esteve envolvido nos dois grandes estudos sobre os efeitos do aquecimento global em Portugal (os relatórios SIAM I e II, em 1999 e 2006) e lidera agora uma nova investigação, com o apoio dos EEA Grants. As secas e os incêndios vão estar no centro das preocupações, diz. Mas também os impactos na economia.

No ano passado, o movimento pelo clima parecia imparável. Entretanto, todas as atenções se viraram para a Covid. Quando a pandemia terminar, esses movimentos vão regressar com a mesma força?

O facto de se desenhar uma crise muito profunda fará com que muitos setores da sociedade queiram uma recuperação veloz. Desse ponto de vista, as fórmulas antigas de desenvolvimento vão ser colocadas sobre a mesa. Se observarmos algumas das medidas europeias e nacionais, vemos laivos de transformação, mas continuam a ser algumas das mesmas medidas, recuperando aqueles grandes projetos de investimento, de desenvolvimento de infraestruturas.

Nem todas negativas.

Algumas vão no sentido certo, como a recuperação da ferrovia. Mas não observo uma força transformadora e empenhada na transição energética e num novo modelo de desenvolvimento. Não estou a desvalorizar a necessidade de recuperação económica. Apenas receio que o peso de fórmulas antigas ainda seja demasiado expressivo para a necessidade de uma ação climática profunda. Por outro lado, a geopolítica é assustadora: há um recrudescer de movimentos políticos populistas,

nacionalistas, que são adversos à necessidade de uma ação global para enfrentar as alterações climáticas.

A crise provocada pela pandemia é uma oportunidade para relançar a economia em moldes diferentes, mais sustentáveis?

O Green Deal da União Europeia é uma oportunidade fantástica. No entanto, não me consigo colar a um discurso muito otimista. Já tivemos melhores oportunidades antes, com todos os elementos na mesa e a economia a crescer, e...

Depois da crise de 2008/2009, também houve muitos discursos de "agora é que é, vamos relançar a economia de forma sustentável", e na prática não foi isso que aconteceu. A História vai-se repetir?

Espero e penso que não. Vamos acabar por ir na direção certa. Mas será tardiamente. Não vai ser um caminho suave – vai ser feito de negociações tortuosas, dependentes da questão política dentro e fora da Europa.

A pandemia foi prejudicial para o combate às alterações climáticas do ponto de vista da mediação? As pessoas têm dificuldade em concentrar-se em mais de um problema de cada vez?

Sem dúvida. E eu percebo. A pandemia atinge diretamente a vida das pessoas, a saúde e o emprego, e claro que relegou as alterações climáticas para segundo plano. Ainda assim, na Europa, temos muitas políticas a irem no sentido certo.

Mas ainda há passos importantes que têm de ser dados, mesmo na Europa...

Assistimos, nos últimos anos, a uma diminuição das emissões, mas temos de abordar o tema de uma maneira mais sistemática. Por exemplo, olhar para as emissões dos europeus do ponto de vista do consumo e não do que é emitido no continente – há um desfasamento das nossas emissões reais, que em grande medida foram deslocadas para a China e países em desenvolvimento. A Europa tem de enfrentar este problema, se quiser mesmo ser pioneira na redução de emissões. Obviamente, isso é difícil enquanto estamos a viver uma pandemia. Mas temos de mostrar a realidade, de forma simples, comunicar bem os impactos na vida das pessoas. **Mostrar-lhes que as afeta no dia a dia, que não é um conceito vago e distante.**

Exatamente. E as pessoas tem o direito de ter essa informação. É até um dever das nossas universidades e do nosso Estado. Quando olhamos para as alterações climáticas, não estamos a dizer só que isto vai ficar mais quente. Não: há uma série de impactos multisectoriais que podem afetar fortemente a nossa economia, e mais importante, as nossas vidas.

Há um discurso dominante que aponta a responsabilidade a cada um de nós, ao nosso estilo de vida. Mas é mesmo possível convencer as pessoas, de forma massificada, a consumirem voluntariamente de forma mais sustentável? Esse discurso não desresponsabiliza os decisores políticos?

A ação individual é importante, desde que não motivada por modas. Existe um estado de desenvolvimento diferenciado entre países. Percebo que as pessoas que saem do limiar da pobreza queiram ter uma alimentação mais rica em carne. Mas países desenvolvidos têm a capacidade económica de fazer as suas opções alimentares com uma preocupação ambiental. Os portugueses e os europeus comem demasiada carne; se pudermos comer carne produzida não intensivamente e de melhor qualidade, isso também as beneficia.

Basta apelar à consciência ambiental ou precisamos de um empurrão mais forte?

Temos inteligência e capacidade crítica, e é isso que devemos desenvolver nos portugueses. O Governo, por seu lado, tem de ter políticas coerentes. Não pode defender que se coma menos carne, defender uma economia verde, e depois apoiar a exploração petrolífera em Portugal. Mas se promovermos uma melhor educação, a ação individual vai no sentido correto. Dito isto, a escala é muito importante.

Essa escala das ações individuais pode ser atingida sem um "chicote"? Quando o cinto de segurança não era obrigatório nas localidades, houve campanhas para tentar convencer as pessoas. Não resultaram e acabou por entrar em letra de lei. As pessoas não parecem dispostas a mudar os seus hábitos voluntariamente.

Estou de acordo. Isto faz-se de equilíbrio. De facto, precisamos de uma transição mais imediata porque já estamos atrasados. Desse ponto de vista, a mudança requer o tal chicote.



Aceito isso. A situação em que nos encontramos precisa de uma ação veloz. Em vez disso, vamos ao ritmo do caracol. E temos de ter em conta que as consequências de ter 1,5º C ou 2º C, como definido no Acordo de Paris, são de magnitude diferente. Daí a urgência, que exige medidas mais musculadas, sim.

Está envolvido num projeto que vai caracterizar os impactos das alterações climáticas em Portugal. Para onde vão estar viradas as suas atenções?

Tivemos no País dois grandes projetos, o SIAM I e II. Desde aí que não temos nenhum estudo integrado sobre os impactos das alterações climáticas em Portugal, embora nestes 14 anos o conhecimento produzido na área tenha sido gigante. Agora, com a ajuda de um EEA Grant, e entre a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral do Território, estivemos um ano a preparar um projeto que focasse os impactos principais em Portugal. Uma vez que, para já, não podemos atacar todos os setores, a ideia é focarmo-nos nas maiores vulnerabilidades (zonas costeiras, recursos hídricos e o setor agroflorestal), usando equipas setoriais e modelos regionais de clima de alta resolução. E envolvemos também o Banco de Portugal, porque queríamos chegar à economia: pela primeira vez, vão ser estudados os impactos na macroeconomia portuguesa.

Se tivesse de apontar um impacto particularmente grave para Portugal, qual seria?

É difícil escolher um. Todos têm consequências tão nefastas... Diria que, quanto às ondas de calor, temos alguma capacidade de nos adaptarmos. Podemos montar um sistema de alerta, como o que existe para as tempestades. Mas as ondas de calor daqui a 30 anos vão ser já muito diferentes e terão também impactos significativos na poluição e na prevalência de certas doenças, afetando sobretudo os idosos e as crianças.

E impactos nos incêndios.

Sim. O que mais me aflije são os efeitos nos recursos hídricos. Se não tivermos água, o nosso desenvolvimento será muito cerceado. A produção agroflorestal e a qualidade da água serão os problemas mais prementes. A isto associam-se os extremos, como as

A situação em que nos encontramos precisa de uma ação veloz. Em vez disso, vamos ao ritmo do caracol. As consequências de ter 1,5º C ou 2º C, como definido no Acordo de Paris, são de magnitude diferente. Daí a urgência, que exige medidas mais musculadas

secas. As projeções que temos para as próximas décadas são de uma maior frequência de períodos de seca, o que põe em causa muitos setores que se têm desenvolvido nos últimos anos. E os incêndios... Bom, se temos aquecimento e uma biomassa em stresse hídrico, há maior probabilidade de incêndios florestais.

E estamos a falar de problemas que já se notam hoje.

Temos assistido a um conjunto de fenómenos extremos que parecem mais e mais frequentes, apesar de ser preciso cuidado com esta associação. As pessoas têm memória curta quanto ao clima. Há uma grande variabilidade climática. De tempos a tempos, temos cheias e ondas de calor. Mas temos assistido a fenómenos extremos novos. Esta é a grande diferença.

Como o furacão Ofélia, que foi fora do comum a todos os níveis e alimentou os fogos de outubro de 2017, que matou 50 pessoas: há investigadores a associá-lo diretamente às alterações climáticas.

Pois, nunca tínhamos tido um furacão a latitudes tão baixas na bacia oriental do Atlântico, que foi o que provocou aqueles ventos devastadores. Há projeções a demonstrarem que, com as condições climáticas do passado,

não teríamos um furacão daqueles. Agora, atenção: há a tendência de atribuir tudo às alterações climáticas. Não há dúvida nenhuma de que estamos numa transição climática de origem antropogénica, mas é preciso ter cuidado com a atribuição de um fenómeno específico.

Esse é um dos problemas de comunicação de ciência: vem uma onda de calor e não se pode dizer que é resultado direto das alterações climáticas, porque sempre tivemos ondas de calor. Essa é uma dificuldade do seu trabalho?

Sim. Na verdade, nós já vemos as transformações. Diminuição da precipitação na primavera, recordes de temperatura batidos ano após ano, ondas de calor mais frequentes e intensas... E a única explicação para esta variabilidade é a ação humana. Mas isto é em termos genéricos. Pode fazer-se esse trabalho de atribuição, mas sempre com rigor científico.

Uma das consequências sociais mais preocupantes são os refugiados climáticos. O próprio conflito na Síria tem na sua génese uma seca. Ou seja, as alterações climáticas provocam efeitos muito para lá do próprio clima.

É o que chamamos de dinâmica entre desastre natural e conflito. A Síria é um caso de estudo: teve vários anos das piores secas de sempre. O desastre natural levou a uma escassez de produção agrícola, causando um movimento interno para as cidades, quando 80% da população rural deixou de ter meios de subsistência. Morreu qualquer coisa como 75% do gado! Essa migração pressionou as cidades e gerou depois uma guerra no país, que por sua vez conduziu ao movimento de milhões de pessoas para fora da Síria. Desastre natural, conflito, deslocados. Isso vai ser cada vez mais frequente.

E o consequente fortalecimento do discurso populista na Europa, que pode levar a uma viragem para a extrema-direita.

Exato. A jussante, assistimos a uma Europa que tentou fazer face a este problema. Temos alguns bons exemplos. Mas estamos também a assistir a uma transformação política profunda da Europa, com a radicalização, com movimentos políticos que são desmembradores da própria sociedade europeia. ■